

TRILHAS E IMPACTOS DA COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA NO BRASIL

**Cicilia M. Krohling Peruzzo
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti**
(Organizadores)



EdUESPI



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ –
UESPI



Maria Regina Sousa
Evandro Alberto de Sousa
Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Governadora do Estado
Reitor
Vice-reitor

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto
Algemira de Macedo Mendes
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Antonio Luiz Martins Maia Filho
Artemária Coêlho de Andrade
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Fábio José Vieira
Hermógenes Almeida de Santana Jr.
Laécio Santos Cavalcante
Maria do Socorro Rios Magalhães
Nelson Nery Costa
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Paula Guerra Tavares
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Impressão

Presidente
Universidade Estadual do Piauí
Academia de Ciências do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Federal do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Academia Piauiense de Letras
Conselho Estadual de Cultura do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade do Porto (Portugal)
Universidade Estadual do Piauí

Editor
Editor
Revisão
Revisão
Capa/Diagramação
Gráfica Aliança e e-book

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

T829	Trilhas e impactos da comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil / Cicilia M. Krohling Peruzzo, Rodrigo Gabrioti, Orlando Maurício de Carvalho Berti, organizadores. – Teresina: EdUESPI, 2022. 546 p. ISBN (físico): 978-65-88108-69-7 ISBN (digital): 978-65-88108-70-3 1. Comunicação. 2. Comunicação e cidadania. 3. Comunicação social. 4. Pesquisa em comunicação. I. Peruzzo, Cicilia M. Krohling. II. Gabrioti, Rodrigo. III. Berti, Orlando Maurício de Carvalho. IV. Título. CDD: 302.2
-------------	--

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí – EdUESPI

UESPI (Campus Poeta Torquato Neto)

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados

Capítulo 22 – Uma crítica à felicidade instrumental: na procura do fazer coletivo para o comum*

Lisbeth Araya Jiménez

Introdução

Resgata-se, neste artigo, o estudo da tese de doutorado que analisou a lógica da felicidade instrumental em quatro organizações cooperativas cafeeiras costarriquenhas. Estudaram-se a intensidade e a magnitude da apropriação de dita lógica nos níveis do discurso, das práticas (pessoais e organizacionais) e dos efeitos (na saúde física e emocional). Nestas linhas, os achados para esses três níveis de apropriação são analisados resumidamente. Procurou-se também distinguir as barreiras que essa felicidade instrumental impõe ao trabalho cooperativo.

Apropriando o sentido foucaultiano do termo racionalidade, entende-la como “lógica” é tentar abranger a complexidade de processos sócio-históricos, políticos, econômicos, culturais e subjetivos nela envolvidos.

As perguntas que instigaram a pesquisa foram: está presente e tem sido apropriada a lógica da felicidade instrumental nas organizações cooperativas cafeeiras? Que formas caracterizam essa presença e que consequências está tendo sua apropriação na saúde dos trabalhadores e no trabalho cooperativo?

A partir de uma perspectiva política que ambiciona a transformação social – seja no nível que for –, existem um interesse e uma pergunta sobre as possibilidades do campo da Comunicação de contribuir com a reflexão crítica da felicidade contemporânea, da subjetividade neoliberal e das práticas organizacionais correlatas. Considera-se uma potencialidade para tal: a filosofia das organizações do terceiro setor que procuram o desenvolvimento social além do lucro. Nas linhas a seguir, se apresenta de maneira sucinta, a proposta teórica.

* Este artigo é resultado da tese Felicidade Instrumental em Organizações Cooperativas Costarriquenhas: entre a gestão individualista e o sentido cooperativo, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

1 – Abordagem teórica

Teoricamente, a pesquisa a partir de um olhar socioantropológico aborda a compreensão crítica da felicidade apropriada e desenvolvida no campo da Comunicação. Essas críticas foram articuladas em sete categorias analíticas que se definem abreviadamente nesta primeira seção. A tese também apropriou pressupostos epistêmicos, políticos e ontológicos da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas Comunitárias, os quais são explicados na segunda parte desta síntese. Se estudou a felicidade a partir de seu contexto, considerando tanto as dimensões macro quanto micropolíticas, econômicas e sociais sempre mediadas pelas relações de poder e marcadas pela geografia e pela história.

Humanos somos animais (um tipo particular de animal: homo sapiens). Aqui não se nega essa fisiologia, essa biologia nem o importante papel que desempenham na vida humana em geral e especialmente na vida emocional. Contudo os fatores socioculturais geram vastamente essa biologia; a perspectiva, é claro, é culturalista. A ideia de corpo, dos processos “normais” de seu desenvolvimento, por exemplo, tem mudado através do tempo. Tem sido sempre complicado distinguir o fato cultural do fato biológico, como expressam Rezende; Coelho (2010, pp. 29-30): “se esse aparato biológico e psíquico é uniforme, as percepções sobre ele não o são, o que conduz também a experiências corporais e psicológicas muito variadas, posto que são sempre mediadas pela linguagem que é um elemento da cultura”.

Na pesquisa, as emoções são entendidas como construções sociais, vinculares, relacionais (LE BRETON, 2009; AHMED, 2015; GAULEJAC, 2017; ARIZAGA, 2017). Isto é, como uma criação grupal que se atualiza através da interação entre indivíduos, e que, por sua vez, precisa de uns antecedentes históricos e culturais. Assim ao estudar as emoções a partir da Antropologia, as emoções podem se definir como sendo “parte de esquemas ou padrões de ação aprendidos em interação com o ambiente social e cultural, que são internalizados no início da infância e acionados de acordo com cada contexto” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 30).

Esses antecedentes culturais, localizados no contexto particular, são indispensáveis para que seja possível a comunicação, o intercâmbio de sentidos, a compreensão dos signos compartilhados (MAUSS, 1999; LE BRETON, 2009). É precisamente nessa interação e nesses sentidos

compartilhados que o campo da Comunicação adquire relevância e pertinência no estudo das emoções. Por outro lado, existe linha que estuda as emoções em relação com o pensamento. Marcel Mauss (1999) e David Le Breton (2009) afirmaram que a emoção necessita de um processo cognitivo de interpretação, de um julgamento. A ação faz parte desse tripóde. Há assim uma relação entre o julgamento, a emoção e a ação.

Contudo, discorda-se aqui da abordagem que unifica emoção e pensamento (NUSSBAUM, 2006; AHMED, 2015; ROSALDO, 1984 apud REZENDE; COELHO, 2010, p. 32). Muito pelo contrário, estes se compreendem como processos separados ainda que em interação e articulação. Por outro lado, apropriando-se da teoria freudiana, considera-se que tanto as emoções quanto os pensamentos, em um nível, fogem do controle consciente do indivíduo estando, portanto, a vida (especialmente a afetiva) governada parcialmente pelo inconsciente.

Uma pesquisa que analisa a felicidade no trabalho precisa abarcar a dimensão política da cultura afetiva das nossas sociedades neoliberais, quer dizer, a moralização e a criação de hierarquias que humanizam e desumanizam. Nesse mesmo âmbito das relações de poder, é preciso incluir a priorização que os grupos fazem delas. No caso, a centralidade que a felicidade tem adquirido na vida atual e, portanto, ao mesmo tempo na vida organizacional. A dimensão política se aloca também na capacidade de influência das emoções nas relações e no comportamento social (ABU-LUGHOD; LUTZ, 2009, p. 102). No nosso contexto, parece cada vez mais pertinente, necessária e relevante uma análise comunicacional crítica para a desconstrução dessa dimensão política das emoções.

Feito esse percurso pela compreensão geral das emoções, é possível explicar os conceitos centrais da pesquisa, nas linhas a seguir, as chamadas categorias analíticas, isto é, a forma pela qual se compreendeu, definiu e recortou a realidade em análise: a felicidade no trabalho.

Conceitos centrais da pesquisa

Tenho construído a abordagem teórica, a partir da revisão dos antecedentes teóricos e empíricos e especificamente das críticas à contemporânea construção da felicidade que a comunicação faz, um incômodo compartilhado com várias autoras, autores e pesquisadores (VAZ, 1999, 2010;

VAZ; PORTUGAL, 2013; FREIRE FILHO, 2010a, 2010b, 2013, 2016; BAKKER, 2012; MAZETTI, 2014; VOLOTÃO, 2015; SALGADO, 2016) com cujos pressupostos ontológicos, axiológicos e epistêmicos concordo¹.

Felicidade como direito

Através da noção de felicidade como direito, se faz uma crítica à sua universalização porque nega as diferenças (individuais, locais, culturais), apaga as desigualdades existentes (de acesso a recursos econômicos, educativos, tecnológicos, de capital cultural e social); estabelece maneiras gerais de pensar e perseguir a felicidade, medida hoje prioritariamente em termos do sucesso: seja laboral, econômico, profissional, empresarial, esportivo; sucesso que todas e todos devem atingir.

A pretensa universalidade do bem felicidade traz junto imaginários tão problemáticos como a ideia de meritocracia: porque unicamente entre iguais o esforço individual explica a diferença. A felicidade como direito universal também supõe uma falha naquela pessoa que não a conquista (loser, falido, tóxico), ou não tem a atitude adequada (otimismo, sorriso permanente).

Consumo-concorrência

Consumo e felicidade têm sido amplamente analisados e usufruídos pela Comunicação, especialmente, pela Publicidade. No que diz respeito à crítica que aqui se faz, no âmbito organizacional, o trabalhador autorrealizado e feliz se converte em um consumidor: de diplomas, cursos, ferramentas tecnológicas, habilidades brandas, novas destrezas. Sob a lógica de “você pode tudo”, “o limite é sua vontade”, a demanda de aprimoramento vincula a felicidade com o consumo e o sucesso comentado com antecedência. A concorrência desponta em duas dimensões: o sujeito concorre com ele próprio (para ser sua melhor versão, dar sempre mais, ser cada vez mais eficiente, eficaz, erro zero); e concorre com os outros (para ser o empregado do mês, ser ganhador).

¹ Esse arcabouço se constrói a partir de uma série de categorias analíticas, sendo sete total. A felicidade como 1. direito universal embasada no 2. consumo-concorrência e aceita como 3. responsabilidade do indivíduo. 4. Construída em um imperativo cultural que coloca em evidência uma pretensa 5. autenticidade e que é 6. permanente, uma condição duradoura no tempo, não momentânea. Finalmente, que a felicidade seja de 7. expressão obrigatória é uma forma privilegiada na atualidade. Nas linhas a seguir, breves explicações para cada categoria.

Responsabilidade individual

Uma das características do Iluminismo que se ampliou na Modernidade até adquirir dimensões hiperbólicas na contemporaneidade, é o individualismo. O indivíduo agora como ser central da criação, amo da natureza, domador de técnicas e tecnologias, imperador do destino e dono de opiniões que ultrapassam (ou ignoram) os fatos, é hoje o rei do universo tanto geral quanto de seu pequeno espaço vital. A consequência principal desse endeusamento, é responsabilizá-lo pela consecução da sua felicidade que se transforma em uma evidência de empenho, de atitude e força de vontade. Na crítica que Fontenelle (2011) faz, a “fetichização do eu autônomo” como nomeada pela autora, enaltece essa pretensa habilidade de autoadministração dos indivíduos, rejeitando “a imposição” de limites sociais e adotando a imputabilidade por seus atos. Apagam-se desta maneira, as responsabilidades do Estado, do mercado e das organizações. No último caso, extingue-se a responsabilidade da empresa pelo bem-estar dos trabalhadores e se permite que sejam promovidas, direta e indiretamente, condições adversas as quais o trabalhador deve se adaptar, sendo flexível e praticando a resiliência.

Imperativo cultural

Nossas sociedades contemporâneas são particularmente paradoxais e contraditórias. Um desses paradoxos é a felicidade ter se transformado em uma obrigação. Freire Filho (2010a) chama isto de felicidade compulsiva e compulsória; Paulo Vaz (2010) assevera que se converteu em um preceito moral e Darrin McMahon (2007) disse que, com o tempo chegou a ser nossa divindade. Tenha o nome que tiver, a felicidade não é mais uma probabilidade, nem uma possibilidade, um acontecimento ou uma cadeia estranha de acontecimentos afortunados, a felicidade se transformou na atitude certa. Essa obrigatoriedade tem uma série de consequências negativas na saúde física e emocional dos trabalhadores à medida em que o indivíduo contemporâneo tem de ser feliz também no trabalho. Para Joel Birman (2010, p. 42), “é o fracasso performativo do sujeito o que se evidencia em ato na depressão, sendo esta, pois, um dos signos maiores da infelicidade na contemporaneidade.” Assim sendo, o estresse, a ansiedade e a depressão podem ser lidos parcialmente como consequências dessa procura desenfreada por ser feliz que gera precisamente, seu contrário.

Evidência de autenticidade

A felicidade também tem sido atrelada à autenticidade. No âmbito do trabalho, conquista sua felicidade quem responder aos seus desejos mais profundos, manifestos em sua vocação, propósito e autorrealização. Vocação é a expressão dessa voz interior que sabe o que estamos chamados a fazer. Propósito da conta de uma maior intensidade, isto é, se ocupar em um trabalho que diz respeito à razão da existência. Por sua vez, autorrealização seria o desenvolvimento de todas as aptidões desse eu autêntico e verdadeiro (FREIRE-FILHO, 2010a).

Felicidade permanente

Com esta última categoria analítica se critica a compreensão contemporânea da felicidade, aquela que cria no indivíduo a obrigação não apenas de ser feliz, mas de sê-lo o tempo todo. A felicidade se afirma como um bem duradouro, permanente, desconhecendo sua natureza transitória, efêmera, momentânea.

2 – Relações Públicas Comunitárias: Comunicação em, com e para organizações sociais

Segundo Cicilia Peruzzo (2013a, p. 103), a produção teórica sobre a Comunicação Organizacional (CO em diante) no terceiro setor, no Brasil, apresenta quatro tendências principais.

A primeira, predominante, discute a importância e as vantagens da comunicação nesse segmento (Kunsch, 2003; Torquato, 2004), além de tecer recomendações para a sua implementação [...]. Em segundo lugar, estão estudos que enfatizam o subaproveitamento desse instrumental pelas ONGs e movimentos sociais (Piccin, 2005; Menezes, 2005; Castro; Mendonça, 2003). A terceira tendência preocupa-se em discutir a aplicabilidade da Comunicação Organizacional às instituições sem fins lucrativos e movimentos sociais e, ao mesmo tempo, orientar o como fazer, com base nas particularidades do segmento (Meneghetti, 2001; Carvalho, 2007). Há, também, uma quarta perspectiva, que procura compreender a comunicação efetivada pelas próprias organizações e movimentos sociais, em suas especificidades, e, no contexto mais amplo de seu significado mobilizador e político.

No nosso entender, as Relações Públicas Comunitárias (RPC) se inserem nessa quarta categoria visando se colocar a serviço da participação e da ação cidadã, dos movimentos sociais, organizações de base e terceiro setor, isto é, do interesse público e coletivo. Nas RPC, a comunicação se compreende como um processo que tendo uma perspectiva problematizadora da construção social da realidade e da sua dimensão político-econômica, está comprometida com a transformação social em favor e defesa da vida.

Segundo Waldemar Luiz Kunsch (Kunsch & Kunsch, 2014, p. 107): “Um novo paradigma começou a ser delineado para as relações públicas na década de 1980, com o IX Congresso da União Brasileira de Comunicação Social, que incluiu em seu programa um painel sobre relações públicas ao serviço dos interesses populares”.

Cicilia Peruzzo (2013a, p. 93)² esclarece que não se tratou da totalidade das Relações Públicas (RP) e explica a interação entre teoria e prática que abalou esse momento originário. “Coube a um segmento das Relações Públicas, nos anos 1980, depois do Jornalismo, se recriar teoricamente, na perspectiva comunitária, tendo em vista sua apropriação por organizações e movimentos sociais”. Parece-nos muito precisa essa leitura haja vista que a mudança de modelo organizacional faz com que as teorias e as práticas da comunicação (CO-RP) devam reformular-se. Procurar a sintonia filosófica, ética e política com as organizações do terceiro setor (sindicatos, cooperativas, associações, movimentos sociais) cria uma ruptura com os modelos funcionalistas e tradicionais das RP e suas marcas de nascença.

Podemos assim falar em comunicação popular, alternativa, participativa, comunitária e cidadã como a comunicação de origem latino-americana que, há décadas – desde 1960 –, propõe epistemologias, teorias, métodos e práticas a partir dessa perspectiva contestatária que trabalha ombro a ombro com as organizações sociais.

Do receptor passivo desenhado na clássica teoria matemática da comunicação (Shannon e Weaver, fim da década de 1940, nos Estados Unidos) e dos coletivos sociais como pacientes imaginados pela comunicação desenvolvimentista (uma década depois – 1950); passamos a um sujeito pensante, reflexivo, capaz de exprimir as estratégias ideológicas dos aparelhos

² Fazendo uma ampla crítica às RP tradicionais e deslocando o interesse público do jogo manipulador característico do Estado burguês (PERUZZO, 1993, 2011, 2013, 2016).

do Estado (e do mercado) para enfrentá-las com criatividade, imaginação e alegria, solidariamente, na procura do bem-estar coletivo.

Não corresponde ao intuito destas linhas refazer as múltiplas sistematizações da história da comunicação popular, alternativa e comunitária em geral na América-Latina, nem pontualmente no Brasil; produção ampla em elaborações teóricas, militância política, instrumental criativo e ativismo social. Também não é o intuito adentrar em suas elaborações mais recentes.

No entanto, ao revisitar os conceitos fundantes da Comunicação popular, alternativa, dialógica, participativa ou comunitária, Peruzzo (2009, p. 52) reúne as características mais marcantes de cada uma delas. Assim sendo, a Comunicação Popular (CP) diz respeito àquela feita pelo povo e para o povo³; “no sentido político-ideológico, de contestação e projeto de sociedade”. Seja nomeada como popular, alternativa ou comunitária “o sentido político é o mesmo” (PERUZZO, 2009, p. 47). A Comunicação Alternativa (CA) está historicamente associada aos meios alternativos diante da mídia hegemônica (VALIM, 2020), por isso, até costuma ser chamada de imprensa alternativa (PERUZZO, 2009). Mas não só os meios foram/são alternativos, também as mensagens, os conteúdos (RABELO, 2007). A Comunicação Comunitária (CC) aspira “no mínimo, a ter vínculos orgânicos com os movimentos sociais”, sendo esses movimentos, esses grupos organizados os protagonistas e destinatários. Essa foi a perspectiva privilegiada na pesquisa nestas linhas resumida.

As RPC bebem da perspectiva de Comunicação Popular cujos dois referentes teóricos e políticos mais potentes são: a perspectiva marxista (cuja fonte original foram os movimentos sindicais); e Pedagogia da Libertação, de Paulo Freire. Valim (2020), identifica na Igreja Católica, outro pivô da Comunicação Popular, à medida em que promoveu a organização popular misturando elementos do Cristianismo e do Marxismo.

Beber da perspectiva marxista significa para o campo da Comunicação, em especial às RPC, atentar-se às diversas e complexas maneiras pelas quais a opressão continua a acontecer no âmbito das organizações e tomar uma

³ Popular pode se referir ao povo (como classes subalternizadas ou grupos empobrecidos da população); à cultura popular – popular-folclórico – no sentido das suas manifestações culturais; ao popularesco e à finalidade pública. Para aprofundar nessas nuances, ver Peruzzo (2009, 2013b).

posição ética e política a respeito em favor da transformação social. Reprofundar-se na profícua produção do mestre Paulo Freire, por sua vez, alega uma função de libertação para a ação comunicativa, baseada no diálogo, na construção coletiva com a mesma aspiração de mudança estrutural das condições de vida dos oprimidos e tendo as pessoas envolvidas um papel ativo. Há quase 30 anos, Cicilia Peruzzo (1993) compendiava as principais concepções dessa perspectiva sinalizando que as RPC:

Acreditam na possibilidade da transformação e na sociedade civil como gestora de mudanças e de uma nova hegemonia; atentam-se quanto à desigualdade social e às contradições de classes e almejam o bem-estar, a plenitude e os direitos da cidadania; acreditam na sua potencialidade de criar uma sociedade mais justa e livre; assumem a interdisciplinaridade entre vários campos de conhecimento e de ação político-educativa; criam relações de forma orgânica (no sentido gramsciano do termo) com o interesse público; promovem a ação coletiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a corresponsabilidade e o respeito à dinâmica própria dos movimentos.

Tanto as RPC quanto a CC têm se atentado para as mudanças sociopolíticas, econômicas e tecnológicas acontecidas desde sua origem até nossos dias. A respeito das chamadas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação – agora não mais novas – e das entorses que geraram, a CC e as RPC entendem que os diversos atores dos movimentos sociais, da sociedade civil, sua própria organização, gestão e mobilização têm se deslocado. No entanto, ainda cientes das mudanças acontecidas nas últimas décadas, desses deslocamentos, mantêm-se as críticas e rejeições às lógicas universalistas propondo uma comunicação construída, a partir do local, sem idealizações nem purismos que pressuponham a existência de uma essência comunitária. Nessa reinvenção permanente, a procura pelo exercício da cidadania e a busca pela democracia têm sido bandeiras de batalha da Comunicação Comunitária.

Como esclarecem Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (2013), na era post-fordista, as características do trabalho imaterial no capitalismo cognitivo convivem com estruturas clássicas fordistas. E, inclusive, com modos de trabalho que podemos chamar de escravo. Essas mesmas complexidades acontecem no presente em relação à comunicação nos movimentos sociais,

na sociedade civil e na procura de defesa da questão pública. Ao mesmo tempo em que existem organizações locais arraigadas geograficamente, lutando há anos pela preservação da terra, da água ou na defesa dos territórios indígenas, para citar apenas alguns exemplos, temos os movimentos sociais que nasceram e cresceram na virtualidade sendo a “Primavera Árabe”⁴, um dos mais emblemáticos tanto pela sua relação com a censura dos Estados através de internet quanto pelo sucesso da sua mobilização internacional aproveitando também a virtualidade.

A CC, permanecendo fiel às suas raízes político-ideológicas (dos movimentos populares latino-americanos dos anos 1970-1980), tem acompanhado as mudanças culturais, tecnológicas, produtivas e socioeconômicas das últimas décadas procurando, em suas teorias e práticas, se atentar para as complexidades com que os modelos e os padrões antigos e novos colidem e se articulam.

Como se pode notar, a CO que se desenvolve no terceiro setor da economia, que podemos chamar de Comunicação Comunitária ou de Relações Públicas Comunitárias, e as cooperativas – que fazem parte das organizações desse setor – compartilham uma série de pressupostos a respeito de sua função social e das maneiras éticas de trabalhar na sua consecução. Por conseguinte, objetivando refletir criticamente a respeito da felicidade contemporânea no mundo do trabalho, encontramos nas RPC, uma perspectiva epistemológica, política, ética e ontológica que sintoniza com nossas preocupações e interesses e com o modelo organizacional cujos integrantes participaram ativamente na pesquisa.

Alguns desses pressupostos éticos que regulam a prática das RPC são: a) a busca da maior conscientização das pessoas quanto à realidade em que estão inseridas; b) a procura do interesse coletivo, do bem-comum; c) a atenção às necessidades, perspectivas, formas e prioridades organizativas locais e comunitárias; e d) a participação ativa e direta (PERUZZO, 1999). Por sua vez, no que diz respeito dos profissionais das RPC, precisamos trabalhar em função de duas premissas, a) “presença com responsabilização”; b) “respeito às especificidades culturais locais” (PERUZZO, 2017, p. 30). O bem-estar coletivo é uma das nossas preocupações políticas e civis. O exercício de

⁴ A Primavera Árabe é o nome dos movimentos sociais que aconteceram entre os anos 2010-2012 nos países árabes (também nomeada de Revolução Árabe).

uma cidadania participativa enfrenta grandes desafios em uma era marcada pela desinformação, o descrédito dos políticos e da política, o ressurgimento dos conservadorismos, a fragilização das instituições democráticas e o abandono do Estado. Era que, ademais, promove, como argumentado na abordagem teórica, o reinado do indivíduo todo-poderoso, de sua opinião e vontade onipotentes. Tanto nas perguntas incluídas nas entrevistas quanto no questionário perguntamos acerca das maneiras pelas quais essa relação entre o trabalhador e seus congêneres está acontecendo. Embasada na perspectiva ontológica da CC e da RPC, a dimensão participativa resulta vital à medida em que essas pessoas (e suas necessidades, interesses) são protagonistas. Conhecimento, decisões, prioridades precisam emergir das pessoas com as quais trabalhamos. O trabalho do comunicador ou comunicadora que pesquisa ou atua profissionalmente, nesse contexto, é, portanto, de mediador(a).

A participação direta que, nas cooperativas, significa uma pessoa, um voto é um tipo de participação que requer o “desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse coletivo”. Peruzzo (1999). Participar começa pela escuta para chegar na negociação até arribar à construção conjunta sem pular o conflito que possa acontecer no processo. Essas inquietações se transformaram em perguntas concretas no questionário que indagou as possibilidades de as pessoas trabalhadoras construir equipes, confiarem nos colegas e priorizarem os interesses individuais ou coletivos.

A partir do olhar das RPC e da CC, as organizações criadas por pessoas, habitadas e significadas por elas, são entendidas também como espaços ao mesmo tempo de estabilidade e de constante transformação, de tensões e lutas de poder. É assumindo o conflito como parte estrutural da existência humana e, portanto, como componente também da vida organizacional e as suas práticas. A organização se define como um espaço que marca uns limites possíveis e umas potencialidades para a criação de sentidos, especialmente, através dos discursos e das práticas organizacionais.

No que diz respeito à presença com responsabilidade, ela tem várias dimensões. A organização tem responsabilidades com os trabalhadores e trabalhadoras, dimensão que está presente na discussão de Cicilia Peruzzo (2016, p. 25) sobre relações públicas comunitárias e seu exercício nas organizações do terceiro setor. Sendo outra a responsabilidade nossa, como

pesquisadores e profissionais da comunicação. Assim a proposta é exercer uma contra comunicação ou “Relações Públicas na contramão” (PERUZZO, 2016). Abandonando aproximações mais clássicas da comunicação funcionalista que governaram a comunicação organizacional por algum tempo e cujas heranças são observáveis ainda hoje em aproximações teóricas, pesquisas empíricas e práticas profissionais.

3 – Metodologia

No que diz respeito à população, com o intuito de criar um mapa da percepção de felicidade dos trabalhadores, utilizou-se o questionário⁵. Das 647 pessoas que trabalham nas quatro organizações cooperativas estudadas, 612 responderam. Na fase do processamento, se perderam cinco questionários por razões técnicas. Outras 30 pessoas não conseguiram responder porque estavam de licença. Algumas mulheres em licença-maternidade e outros trabalhadores afastados temporariamente, principalmente por acidentes de automóvel.

Na busca de conhecer os processos subjetivos e organizacionais relacionados à emoção da felicidade, se usaram também as entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta de informação. Foram entrevistadas lideranças da organização como chefias e membros do Comitê de Educação e Bem-estar Social.

O processamento dos dados se fez em SPSS, Statistical Package for the Social Sciences. Seguiu-se o procedimento chamado parametrização pelo qual se atribuem pontuações a cada uma das opções de resposta. Com antecedência à análise dos dados das quatro cooperativas, se fez um relatório com a informação específica para cada organização.

Para a análise da informação, se criaram três perfis (baixo, intermediário e alto) para cada nível de apropriação (discursos, práticas e efeitos). Usaram-se também as frequências simples, as distribuições nos histogramas, as associações (coeficiente de Spearman) e as Tabelas de Contingência medindo o nível de significância a partir do Qui-quadrado. Finalmente, para aprofundar na análise da intensidade, apuramos se existiam diferenças na distribuição das pontuações dos perfis entre os grupos (as

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3OpKBpO>

opções de resposta das variáveis sociodemográficas: idade, sexo, nível de instrução, estado civil, anos de serviço, cooperativa). Foram aplicados os procedimentos ANOVA e Kruskal-Wallis.

4 – Discussão e interpretação dos resultados

Tanto pela quantidade de respostas, seus valores (em frequências), quanto pela informação qualitativa, afirma-se que a lógica da felicidade instrumental está presente no discurso das e dos trabalhadores que participaram da pesquisa. Das 24 perguntas usadas para avaliar a lógica da felicidade instrumental no discurso, 16 foram escolhidas pela maioria dos trabalhadores. Entende-se por maioria aquelas frequências que adquiriram pontuações iguais ou superiores a 60%.

A felicidade como direito universal, dizer-se preparado para os desafios do trabalho e definir o trabalho como divertimento ganharam sem dúvida o coração dos trabalhadores das cooperativas, pois alcançam valores superiores a 90% (99,1%, 98,9%, 91,8%, respectivamente).

Entender a superação das limitações como uma tarefa individual e afirmar que o bem felicidade está disponível de maneira igualitária para todas e todos assim como reportar uma alta autoestima e motivação, ocupam o segundo valor mais alto, alocando-se na casa do 80% (89,4% e 81,4%, respectivamente).

Mais três variáveis que concernem à realização integral, à definição como ganhadores e à felicidade como uma conquista individual atingiram 70% (entre 74% e 79%).

Para discurso, na casa dos três terços (as seis respostas se encontram entre 60% e 67%) temos: a dificuldade de lidar com as críticas; a necessidade de aprender constantemente; o trabalho como propósito de vida e vocação e a definição da felicidade como um imperativo que deve, aliás, manter-se no tempo, sendo feliz todos os dias da semana e todas as horas do dia (24/7).

Indo além da informação específica que os dados provêm, podemos afirmar que o discurso da felicidade instrumental das pessoas trabalhadoras das cooperativas, se caracteriza por: acreditar no individualismo ao pensar a felicidade e a superação das limitações no trabalho como uma responsabilidade singular, pessoal e particular. Acreditando que cada um deve aprender constantemente e afirmando um sujeito com uma alta autoestima que

fala de si como vencedor, altamente preparado para encarar os desafios do trabalho; trabalho no qual se realiza integralmente encontrando tanto seu divertimento quanto seu propósito e vocação. A felicidade, por sua vez, de modo geral nesse discurso, é um bem universal de acesso geral, um imperativo cultural que deve ser conquistado todo dia. Como afirma Seligmann-Silva (2010 apud PEREIRA et al. 2020, p. 2) “essas novas técnicas do gerenciamento e o discurso da excelência reforçam o individualismo, aumentam o cansaço e se constituem como motor central da produção de danos à saúde mental dos trabalhadores”.

Desponta assim, na maioria dos trabalhadores, o discurso da felicidade crônica (FREIRE-FILHO, 2010). Como se afirmou na abordagem teórica, a combinação dessas ideias que surgem com força nos dados são fontes potenciais do vírus meritocrático, como o chama Ehrenberg (2010). Uma tautologia contemporânea em que fazer e merecer, atrelados simploriamente à subjetividade em uma causalidade linear, acabam sendo usados como sinônimos. As opções que contestam a lógica da felicidade instrumental no discurso ainda presentes apenas em relação a quatro perguntas são aquelas variáveis que pontuam mais alto para o coletivo como colocar, nas equipes, o cerne das preocupações organizacionais e nelas alocar também a responsabilidade tanto de atingir as metas quanto de conquistar o sucesso organizacional. O mesmo acontece em relação à importância outorgada, dentro das equipes de trabalho à opinião alheia.

Outras quatro variáveis estão em tensão porque a distribuição se reparte praticamente em porcentagens iguais (ou muito próximas de 50%) de modo que não é possível afirmar nem presença nem ausência do discurso da felicidade instrumental nelas. Trata-se, como indicado, das capacidades de se lidar com a dor e a tristeza e do principal responsável pela própria satisfação e motivação laborais. Esses dados são decerto aqueles que expressam com maior clareza as tensões entre a compreensão e a construção de sentidos no mundo do trabalho, as zonas cinzentas que nem aderem à felicidade instrumental nem aos seus opostos.

Guiando-nos pelas porcentagens majoritárias, temos que a felicidade instrumental aparece nas práticas pessoais dos trabalhadores das cooperativas unicamente vinculada com a confiança. Não se evidencia a presença de práticas conectadas com volume de trabalho nem com a

necessidade de encenar o sucesso. As práticas contraculturais executadas pelos trabalhadores e trabalhadoras dizem respeito a esperar por indicações e experienciar os colegas como fontes de cooperação. No que se refere às práticas organizacionais, as cooperativas cafeeiras costarriquenhas têm conseguido fazer verbo a ideia da cooperação e executar práticas que condizem com o cumprimento dos direitos trabalhistas, boas condições de trabalho e de clima organizacional. Aparecem desafios para o modelo em relação às demandas de resiliência e aprimoramento, segundo as quais, as organizações do terceiro setor parecem estar se aproximando das lógicas imperantes da gestão da felicidade.

Por sua vez, no que diz respeito aos efeitos, a maioria não tem tido acessos de ansiedade. No entanto, bem mais pessoas do que o esperado sofrem de estresse. Tanto ele quanto a ansiedade estão altamente relacionados com o trabalho. A gravidade se confirma com o dado das pessoas que desenvolveram uma doença física como produto do estresse laboral: 20%.

Níveis de apropriação da lógica da felicidade instrumental

Resumindo, em termos da intensidade, os trabalhadores das cooperativas têm normalizado o discurso da felicidade instrumental sem diferenças entre os gêneros e progredindo com a idade, tendo particular intensidade de apropriação nos separados e decrescendo conforme aumenta o nível de instrução. Em média, o nível de apropriação do discurso varia segundo a quantidade de anos de serviço e a cooperativa.

A execução de práticas pessoais é menor (quando comparada com os outros três níveis de apropriação) e independe do gênero, estado civil, idade e tempo de serviço. Quanto maior o nível de instrução, mais práticas pessoais são executadas. É possível observar diferenças nas práticas pessoais dos trabalhadores, segundo a organização de pertencimento.

As práticas organizacionais se concentram nos perfis baixo-intermediários, não estando associadas a nenhuma das variáveis sociodemográficas e tendo diferenças na distribuição dos grupos, segundo o nível de instrução e a cooperativa. Os efeitos dependem do gênero, do estado civil, da idade, do nível de instrução e da cooperativa sendo as mulheres, os solteiros, os mais novos e os profissionais quem têm maiores consequências

na saúde emocional e física associadas à apropriação da felicidade instrumental no trabalho. Os efeitos unicamente independem dos anos de serviço. O nível de efeitos apresenta uma associação estatisticamente significativa – mas fraca – com as práticas tanto pessoais quanto organizacionais. Quando comparamos a distribuição dos trabalhadores nos perfis dos quatro níveis, em todos os casos, a apropriação/execução alta agrupa a menor quantidade de pessoas. Em outras palavras, são poucas as pessoas que têm apropriado amplamente o discurso e executam muitas práticas regidas pela lógica da felicidade instrumental. Da mesma maneira, são poucas as pessoas que estão tendo muitos efeitos na saúde física e emocional associados a tal lógica. No entanto, dos três níveis (discurso, práticas e efeitos) precisamente os efeitos concentram a proporção maior de trabalhadores nessa categoria (efeito alto).

Podemos dizer, grosso modo, que nem o tempo de serviço tampouco o gênero e o estado civil estão tendo relevância em relação aos níveis de apropriação da felicidade instrumental. E, no outro extremo, são os anos de instrução, a cooperativa e a idade, as variáveis controle mais associadas aos níveis de apropriação sendo os efeitos os mais sensíveis e dependentes dos aspectos sociodemográficos da população em estudo.

Considerações finais

Sabe-se da importância das cooperativas cafeeiras costarriquenhas há sete ou oito décadas; na democratização da terra e, posteriormente, no acesso aos equipamentos para a industrialização, processamento e comercialização do café.

Se o estudo feito no mestrado (ARAYA, 2016) permitiu compreender o fato histórico dos pequenos e meios produtores de café estar supeditados ao capital comercial e financeiro, porque na origem da produção cafeeira, essa dependência visava a aquisição dos equipamentos necessários para a industrialização do café e depois para sua comercialização e exportação. A partir desta pesquisa, passamos a compreender que, mais perto de nós, há 50 anos, objetivando sair das crises dos preços do café, absurdamente comuns na história do grão, as cooperativas costarriquenhas foram criando mecanismos alternativos de sobrevivência. Estabelecendo supermercados, armazéns com suprimentos para produção, postos de gasolina, serviços de

oficina mecânica, ferreterias e até licoreiras. Nas últimas décadas, essas estratégias se complementaram com serviços turísticos como os coffee-tours e as cafeterias. Por mais paradoxal que possa parecer, as cooperativas cafeeiras costarriquenhas encontraram, no consumo, uma estratégia de sobrevivência.

O capitalismo é um polvo rápido que encontra as maneiras de se reinventar igual àquele bichinho marinho que muda de cor, se camufla, faz nascer braços e tentáculos onde os antigos foram rasgados e encontra fissuras para se inserir.

As cooperativas em estudo lidam com a tensão organizacional resultante da contradição entre fazer parte de um contexto capitalista e neoliberal centrado na produção e uma filosofia baseada no bem-comum, entre gerar riqueza e sua distribuição solidária, entre serem organizações inseridas no mercado e serem fiéis à sua ética humanista.

Devemos considerar que o modelo está hoje triplamente ameaçado: a) pela concorrência⁶; lembremos que no quadriênio 2017-2019, os dois setores de atividade econômica nos quais participam as cooperativas (agro e comércio) diminuíram sua participação no mercado de trabalho. b) Pelas históricas e as novas crises do café; e c) pelas práticas culturais hegemônicas.

Diante dessas tensões, as cooperativas resistem com consciência e coragem seguindo a filosofia da sua forma particular de organização. Exemplos dessa resistência encontramos na decisão de não aplicar avaliações de desempenho aos trabalhadores, de oferecer condições dignas de trabalho em equipamentos, ferramentas e clima organizacional, conforme apontado. No entanto, nas complexidades da vida organizacional, parece possível afirmar que os administradores e gestoras encarnam notoriamente essa tensão, uma vez que neles a lógica da felicidade instrumental está tendo um peso particular e significativo. Eles/as carregam a contradição entre demandas de eficiência e preocupação pelas pessoas, entre autonomia e dependência. São objeto da confiança dos trabalhadores e trabalhadoras e também de sua repulsa. Estão levando trabalho para casa (seja físico ou no pensamento), ampliando assim, a

⁶ A cooperativa adquiriu novos concorrentes ao ingressar em novos âmbitos de negócio. O Administrador entrevistado comentou a forte competição que enfrentam com os mercados chineses instalados na região. Mencionou que esses mercados têm a burocracia facilitada pelo Estado, sendo também avaliados mais brandamente.

jornada e tentando o melhor investimento possível de seus talentos⁷. Parece necessário lembrar os princípios humanistas da organização cooperativa, que no caso, significam adequar o trabalho aos tempos e necessidades das pessoas trabalhadoras, especialmente, dos coletivos. Humanizar o trabalho no contexto desta pesquisa, significa operar sob as limitações, contradições, imperfeições, incertezas, medos, dores; vulnerabilidades humanas em geral.

Chamo esta recomendação de opção humanista porque prega pela valorização do ser enquanto tal, sem presumir nenhuma essência, apenas seu presente como belamente expresso por Bauman (1998, p. 45): a “liberação da formidável tarefa da autoconstrução individual, e de responsabilidade ainda mais terrível e fatigante pelos seus resultados”. O ser contemporâneo vive à espera do que pode chegar a ser e se oferece em sacrifício permanente na sua procura, argumento que talvez uma interessante inversão dessa lógica seja prezar primeiro e simplesmente pelo que somos hoje. O ideal de perfeição pode tão somente nos levar à destruição. O progresso sem fim existe exclusivamente no plano da fantasia ou da doença.

Será que podemos virar o jogo? Ao invés de adaptar o humano ao trabalho, à economia e às lógicas financeiras, poderíamos adaptá-las ao humano. Por o trabalho ao serviço da vida? Trabalhar com sentido cooperativo?

Sentido cooperativo abrange cinco aspectos: por um lado, apela à emoção; por outro, a ter significado. Uma terceira acepção diz respeito à maneira cooperativa de entender o mundo, pensar cooperativamente e a prática correlata, um afazer que deriva dessa filosofia: fazer cooperativamente; por último, sentido na dimensão de rota, de percurso, de endereço ao qual se conduzir. Fazer coletivamente para o comum com significado e afeto. A reflexão alcança, neste ponto, um nível radical. Questionemos a legitimidade da empresa (FRANÇA, 2003; EHRENBEG, 2010) recolocando os termos do debate acerca do trabalho produtivo, das suas lógicas de funcionamento, das teorias que subjazem ao seu planejamento e estabelecem práticas corriqueiras específicas que, com o passar de tempo, naturalizaram-se. “É preciso que renunciemos a essa corrida louca, por um consumo sempre maior [...], a fim de

⁷ Do latim *talentum* em alusão à balança de pesagem. Igualmente usado na Grécia, onde se referia ao peso grego, àquilo que hoje seria equivalente a uma soma de dinheiro; sendo uma moeda ática. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/talento> . Acesso em: 28 out. 2020.

evitar a destruição definitiva das condições de vida sobre a terra, mas também e principalmente para tirar a humanidade da miséria psíquica e moral” (LETOUCHE apud GAULEJAC 2017, p. 238).

As organizações, no contexto tecnológico, político e socioeconômico atual estão em condições de tomar decisões e ações com a consciência de procurar o bem-estar de seus trabalhadores e trabalhadoras; longe de todo “projeto da empresa feliz” (MATOS, 1998 apud VASCONCELOS, 2004) que objetivam o aumento da produtividade. Como observamos, esse projeto que promove a eficiência e a eficácia conseguiu se naturalizar, inclusive, no discurso dos trabalhadores das cooperativas se instaurando como pauta cultural aceita de modo generalizado.

Acreditamos que as cooperativas têm sido e podem seguir sendo um espaço organizacional que coloque, na sua prioridade, as pessoas, os coletivos, neste caso, a saúde emocional e física de seus trabalhadores e trabalhadoras. Argumenta-se que especialmente as cooperativas, pela filosofia e seus exercícios de participação democrática, podem assumir a liderança nessa mudança. Lembremos que para Huertas (2005) o desenvolvimento de formas de gestão alternativa é justamente uma das marcas distintivas deste modelo organizacional. Permitindo a construção de práticas contra-culturais na busca de alterar as relações socialmente estabelecidas com o trabalho (com as e os colegas, com a empresa) e com a felicidade especialmente quando, segundo Vasconcelos (2004, p. 4), por exagerado foco nos aspectos financeiros, o trabalho tem sido fonte de desprazer e infelicidade para milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro. Sugerir apenas uma inversão do sentido, isto é, utilizar a Comunicação como ferramenta para acionar as subjetividades dos empregados, construindo assim novas representações de felicidade que possam ir na contramão da proposta neoliberal, mas, mantendo a gestão do eu, é insuficiente.

Por tanto, apropriando a epistemologia e a ontologia das Relações Públicas Comunitárias e em geral da Comunicação Comunitária (trazendo de volta seu sentido político originário), a proposta é criar com os trabalhadores e com as trabalhadoras uma reflexão sobre a compreensão da felicidade hoje. Reflexão no sentido de “tomada de consciência” e de “gerar uma discussão” como expresso por Mario Kaplún (apud PERUZZO, 2009). Pensar sobre seus múltiplos determinantes históricos, os imperativos culturais aos que

adscrevemos, quanto eles nos informam e especialmente sobre como e quanto são contrários à lógica cooperativa. E a partir dessas reflexões, abri espaço para criar junto (em coletivo, em comum) novas formas de se pensar o ser feliz no trabalho. Trabalhando ativamente na desconstrução da lógica instrumental da felicidade. Proponho que essa reflexão tenha como centro a dignidade dos trabalhadores, dimensão tipicamente esquecida nas empresas de capital e até na pesquisa sobre felicidade no trabalho.

Concorda-se com Desirée Rabelo (2007, p. 123) quando afirma que criar comunidade pressupõe “o autoconhecimento, o encontro e o respeito do outro e a leitura crítica da realidade para a construção de propostas coletivas em prol de mudanças”. Deste modo, para materializar a opção humanista, recomendamos estratégias de deseducação e reeducação que permitam pensar, analisar, identificar as maneiras que os trabalhadores e trabalhadoras têm de se relacionar com eles próprios e com os outros. Reeducar o narcísico, o egoísta, o individualista, identificando e fortalecendo ideias e práticas de cooperação e de confiança. Aproveitando a potencialidade que para esses dois princípios indicam os dados e assumindo que, nas palavras de Florestan Fernandes, trazidas por Kunsch (2007, p. 70): “numa comunidade se procura chegar a uma “compreensão” em torno de sentimentos comuns”.

Propomos, assim, que uma reeducação da emocionalidade é necessária, no entanto, ela não pode ser feita recorrendo ao mesmo estratagema que criticamos, não pode ser outra gestão do eu imposta com um caderno de receitas desde fora. O Emotional turn tem criado uma série de verdades em relação à vida emocional que tem consequências problemáticas para o psiquismo contemporâneo e suas possibilidades de relacionamento com os congêneres. Precisamos ressignificar as emoções, parar de pensá-las como primitivas (AHMED, 2015) ou negativas. Transformar a cultura terapêutica (ILLOUZ, 2011) em uma cultura coletivista mais próxima da responsabilidade e menos da vítima, uma cultura do comum, menos do autocuidado e mais do cuidado dos outros.

Os rituais para potencializar os encontros podem ser uma via. Mas, além dos encontros, é necessário o desenvolvimento de uma série de destrezas e habilidades que são contraculturais, como a aceitação das críticas e o reconhecimento da humana vulnerabilidade, a educação para valorizar o outro, aceitando sua diferença, conseguindo estabelecer, minimamente, a

escuta e o diálogo. Reiteramos: a proposta é que esses processos de reeducação sejam feitos em função e a partir das próprias reflexões, ideias e caminhos definidos pelas trabalhadoras e trabalhadores, procurando criar novas maneiras de entender e conceituar o trabalhador feliz e autorrealizado e ferramentas práticas para sua transformação na vida cotidiana das organizações cafezeiras.

Existem potencialidades que podem ser aproveitadas nessa tarefa que aspira à construção de uma comunidade, como as pontuações obtidas para pertencimento e cooperação, nas palavras de Peruzzo (2009, p. 57) “A comunidade se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros”. Considero que as cooperativas, por sua filosofia, são um espaço propício para se refletir, criticar e desconstruir o individualismo imperante que tem nos colocado e pode nos levar a novas catástrofes ambientais e políticas, tais como: o ressurgimento dos conservadorismos e das intolerâncias; assim comprovado na vida sociopolítica da América Latina dos últimos anos⁸.

A partir do referencial teórico e da experiência, parece possível afirmar que nem a autoajuda nem as capacitações isoladas e esporádicas conseguem fazer mudanças radicais arraigadas em reflexões aprofundadas. Se o mercado tem nos incivilizado para a concorrência, por que não adotar uma reflexão-educação para a solidariedade?

Se, para Levinas, na leitura de Bauman, o âmbito macroético da responsabilidade moral do cuidado pelo outro é a justiça, para mim é a solidariedade; importar-se com o outro pelas suas condições, necessidades, esperanças, dores e alegrias.

Ao pensar a Gestão como doença social, Vincent de Gaulejac (2017, p. 289) afirma que a cura não é simples e propõe a homeopatia como estratégia porque é “um remédio suave, com paciência e delicadeza, cuja eficácia não é comprovada de uma vez por todas e que exige grande implicação do próprio indivíduo para produzir efeitos”. Afirmamos, neste artigo, que a deseducação da felicidade instrumental ou, dito mais radicalmente, o ensino da infelicidade é necessário e urgente, mas que só pode ser acolhido em pequenas doses.

⁸ Recomenda-se o artigo de Antonio Ozá da Silva, de 2010: “O pensamento conservador”.

De alguma maneira, parece hoje muito mais saudável ressignificar a ideia de São Tomás de Aquino aceitando uma felicidade imperfeita justamente pelo fato de ser humana. Como comentado, a perfeição levada ad infinitum é lesiva da psique individual e danosa do laço social porque supõe a procura de um ideal que se atualiza sempre. A aceitação da humana condição em suas características poderia ser uma porta de entrada para reconciliar o sujeito com seu ser atual esquecendo a potencialidade. Se os renascentistas do século XV entenderam as emoções como doenças passíveis de cura, nas primeiras décadas deste século XXI, a doença parece residir na maneira como definimos e procuramos a felicidade e em como trabalhamos no mundo a partir dela.

Embora se pondere que as emoções são educáveis (na medida em que pensamento, emoção e ação estão articuladas) trazendo de novo o saber da psicanálise, afirma-se que a transformação delas não é simples tampouco fácil. Nussbaum (2006) concorda nesse aspecto quando assevera que não há:

razões para acreditar que seja fácil fazer essa mudança. As crenças aprendidas durante os primeiros anos da vida, viram hábitos profundos e desaprendê-las precisa um esforço paciente de atenção e autotransformação. Cada vez que olhamos o objeto, segundo o antigo modo errado⁹, teremos que trabalhar para mudar a nossa percepção e trocá-la por uma diferente (NUSSBAUM, 2006, p. 50, tradução nossa).

Junto à filósofa estadunidense, aceitamos a dificuldade da transformação e se afirma a atenção consciente como pré-requisito para ela e o esforço paciente para sua mudança progressiva com as curas homeopáticas indicadas. A consciência permite, em certa medida, que a nossa reação possa não ser automática (nem sempre, nem necessariamente automática). Tanto a atenção quanto o esforço e especialmente a paciência são processos contraculturais. Reitera-se, no entanto, que essa recomendação não aspira nem a purezas nem a absolutos, sabendo que temos um nível da nossa vida e, portanto, da nossa vida emocional que sempre escapará à nossa consciência e à nossa possibilidade de mudança estrutural. A proposta de apoiar e fortalecer o comum, o coletivo, não é ingênua e aceita a advertência feita por Bauman (1998, p. 46), segundo o qual, deveremos permanecer precavidos

⁹ Parece necessário olhar com cautela para essa ideia de “modo errado”.

para que a criação do comum como saída da exploração subjetivista não acabe se transformando em uma nova forma de opressão ou “desapoderamento”.

Quiçá, nesse processo, seja útil lembrar “que o transe existencial humano é incuravelmente ambivalente, que o bem está sempre combinado ao mal, que é impossível traçar com segurança a linha entre a dose benigna e a venenosa de um remédio para as nossas imperfeições.” (BAUMAN, 1998, p. 104).

Referências

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ Catherine A. Emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: HARDING Jennifer; PRIBRAM Deidne (Org.). **Emotions: A cultural studies reader**. New York: Routledge, 2009.

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Universidad Autónoma de México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ARAYA, Lisbeth J. **Cooperativas cafetaleras costarricenses: características de la comunicación con sus asociados y asociadas**. 2016. Tesis de Maestría (Posgrado en Comunicación y Desarrollo) – UCR.

ARIZAGA, Cecilia. **Sociología de la felicidad: autenticidad, bienestar y management del yo**. Buenos Aires: Biblos, 2017.

BAKKER, Bruna. **Trabalhando para si: Felicidade e capital humano no cinema dos anos 2000**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BIRMAN, Joel. **Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade**. In: FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo de felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: Da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Idéias & Letras. 2010.

ENRÍQUEZ, R.; Rocío; LÓPEZ., S. Oliva (Coord.). **Masculinidades, famílias y comunidades afectivas**. México: ITESO-UNAM, 2018.

FONTENELLE A. Isleide. O discurso midiático sobre a responsabilidade do consumidor: Vida saudável como objeto de investimento. In: FREIRE FILHO, João; PINTO COELHO, Maria das Graças (Org.). **A promoção do capital humano**: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto de C. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 37, n.1, p. 11-31, 2003.

FREIRE FILHO, João. Fazendo pessoas felizes: o poder moral dos relatos midiáticos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 19., 2010a, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2010a.

FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo de felicidade. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. In: Anais do 25º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 25., 2016, Goiânia. **Anais [...]** Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3OFFW2G>>. Acesso em: 08 set. 2017.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras. 2017.

HUERTAS, Olga H. La participación en una cooperativa rural de ahorro y crédito: un análisis desde la cultura organizacional. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 55, p. 97-121, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3u3I9OP>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KAPLÚN, Gabriel. Lo emergente y lo resistente en la comunicación Organizacional. **Diálogos de la Comunicación**, FELAFACS, n. 83, enero-marzo, p. 1-23, 2012.

KUNSCH, Margarida. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidades. **Revista Signo y Pensamiento**, Pontificia Universidad Javeriana, v. XXVI, n. 51, jul.-dic., p. 38-51, 2007.

KUNSCH, Margarida.; KUNSCH, W. Luiz. **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2014.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção da subjetividade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: **Ensaio de Sociologia**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MAZETTI, Henrique M. *As marcas da felicidade*: transformações do bem viver na publicidade brasileira (1960-2010). 2014. 247 fl. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MCMAHON, Darrin M. **Felicidade**: uma história. São Paulo: Globo, 2007.

NUSSBAUM, Martha C. **El ocultamiento de lo humano**: Repugnancia, vergüenza y ley. Buenos Aires: Katz Editores, 2006.

PELÁEZ R., Diana Carolina. **Comunidades emocionales**: afectividades y acción colectiva en organizaciones sociales comunitarias de base en Bogotá. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios – UNIMINUTO, 2020.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Relaciones Públicas y Cambio Social. **Revista CHASQUI**, v. 46, p. 111-114, 1993.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista ECO-Pos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61. maio-ago. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/39UG4g0>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no Terceiro Setor: perspectiva alternativa. **Revista FAMECOS** (Online). Revista do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 20, n.1 p. 89-107, 2013a. Disponível em: <<https://bit.ly/3ymufZy>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. contemporânea. **Revista Comunicação e Cultura**, v. 11, n. 01, p. 138-158. jan.-abril 2013b. Disponível em: <<https://bit.ly/3R2gxlZ>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PERUZZO, Cíclia. M. K. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. 5ed. São Paulo: Summus. 2016.

RABELO, Desirée. Comunicação Comunitária se aprende na escola? Relatos de uma aprendiz In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2007.

REZENDE, Claudia e COELHO Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SALGADO, Julia. **Entre solitários e solidários: o empreendedor nos discursos da Folha de S. Paulo (1972-2011)**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALIM, Ana. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)**. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação. 2020.

VASCONCELOS, F. Anselmo. Felicidade no ambiente de trabalho: Exame e proposição de algumas variáveis críticas. **REAd Revista Eletrônica de Administração**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 10, n.1, p. 1-18, 2004.

VAZ, Paulo. **Corpo e Risco**. Fórum Media, Viseu, v.1, n.1, p.101-111, 1999.

VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo de felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VAZ, Paulo; PORTUGAL, Daniel. A felicidade segundo a razão farmacêutica: subjetividade, tecnologia e consumo de medicamentos na cultura contemporânea. In: GOULART, Ana Paula; FREIRE FILHO, João; HERSCHMAM, Micael (Org.). **Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo**. Guararema; São Paulo: Anadarco, 2013.

VOLOTÃO, Amanda. **O modo Coca-Cola de ser feliz: ideais de bem viver nas campanhas publicitárias dos anos 1960 e 2000**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.